



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO UNIVERSITÁRIO NORTE DO ESPÍRITO SANTO
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO
HABILITAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

MARIA APARECIDA LIMA DA SILVEIRA

**INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA: UM ESTUDO A PARTIR DA ZONA
RURAL DO MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS – ES**

SÃO MATEUS

2020

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO
CENTRO UNIVERSITÁRIO NORTE DO ESPÍRITO SANTO
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO
HABILITACAO EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

MARIA APARECIDA LIMA DA SILVEIRA

**INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA: UM ESTUDO A PARTIR DA ZONA
RURAL DO MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS – ES**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Departamento de Educação e Ciências Humanas do Centro Universitário Norte do Espírito Santo da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciada em Educação do Campo com Habilitação em Ciências Humanas e Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Damián Sánchez

SÃO MATEUS

2020



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO UNIVERSITÁRIO NORTE DO ESPÍRITO SANTO
Departamento de Educação e Ciências Humanas

ANEXO III – FOLHA DE APROVAÇÃO

MARIA APARECIDA LIMA DA SILVEIRA

INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA: UM ESTUDO A PARTIR DA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS – ES

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Educação e Ciências Humanas do Centro Universitário Norte do Espírito Santo da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciada em Educação do Campo com Habilitação em Ciências Humanas e Sociais.

Aprovado em 15 de dezembro de 2020.

COMISSÃO EXAMINADORA

Orientador Prof. Dr. Damián Sánchez Sánchez
Universidade Federal do Espírito Santo

Membro Prof. Me. Daniel Junqueira Carvalho
Universidade Federal do Espírito Santo

Membro Profª Drª Keli Simões Xavier Silva
Universidade Federal do Espírito Santo

Centro Universitário Norte do Espírito Santo - UFES
Rodovia BR 101 Norte, km 60, Bairro Litorâneo, CEP 29 932-540 Tel.: (27) 3312-1569
São Mateus – ES
Sítio eletrônico: <http://www.CEUNES.ufes.br>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por DAMIAN SANCHEZ SANCHEZ - SIAPE 3193528 Departamento de Educação e Ciências Humanas - DECH/CEUNES Em 16/12/2020 às 14:10

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/112591?tipoArquivo=O>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por
KELI SIMOES XAVIER SILVA - SIAPE 2730078
Departamento de Educação e Ciências Humanas - DECH/CEUNES
Em 16/12/2020 às 13:46

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/112550?tipoArquivo=O>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por DANIEL JUNQUEIRA CARVALHO - SIAPE 1223462 Departamento de Educação e Ciências Humanas - DECH/CEUNES Em 16/12/2020 às 08:03

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/112178?tipoArquivo=O>

“Ensinar não é transferir Conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção.”

Pedagogia de Autonomia - Paulo Freire

DEDICATÓRIA

Ao meu pai João Novais da Silveira (in memoria)

Minha mãe Aurelinda Lima da Silveira (in memoria)

Meu filho João Henrique Lima Silveira Silva (in memoria)

AGRADECIMENTO

Agradeço a Deus por ter me dado saúde e força para superar as dificuldades, me ajudou a lutar até o fim.

A esta universidade, seu corpo docente, direção e administração que oportunizaram a janela que hoje vislumbro um horizonte superior, enviado pela acendrada confiança no mérito e ética aqui presentes.

AGRADECIMENTO AO MEU ORIENTADOR

Ao meu orientador Damián Sanchez pelo suporte no pouco tempo que lhe coube, pelas suas correções e incentivos.

AGRADECIMENTO AOS FAMILIARES

Aos meus pais (in memoria), minhas irmãs e irmãos, sobrinhos, familiares e ao meu noivo pelo amor, incentivo e apoio incondicional de todos.

E a todos que diretamente ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigada.

AGRADECIMENTO AOS AMIGOS

A todos os amigos que diretamente ou indiretamente participaram da minha formação e contribuição valiosa durante toda a jornada, principalmente Renaldo soares.

Amigos Igor Prado, Aline Souza, Naize Anunciada dos Santos machado e Fágna Silveira Piva.

Obrigada! Amigos e amigas pela contribuição valiosa durante toda a jornada.

A todos os amigos que de alguma forma fizeram parte dessa jornada acadêmica eu agradeço com forte abraço.

AGRADECIMENTO AOS PROFESSORES

Aos professores, que com muita paciência e dedicação ensinaram-me não somente o conteúdo programado, mas também o sentido da amizade e do respeito.

Agradeço ao professor Msc. Daniel Carvalho por me inspirar esse tema de TCC – Inclusão em Sala de Aula e apoio durante processo de construção do TCC.

A todos os professores e bibliotecários pelo carinhoso apoio.

As professoras Simone, Débora e Rita, eu agradeço a orientação incansável e a confiança que tornaram possível a realização do meu sonho.

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar a inclusão social na sala de aula, levando em conta que a inclusão educacional no Brasil ganhou grande destaque a partir da Constituição Federal de 1988, verificando-se nessa perspectiva que os alunos com deficiência devem ser inseridos preferencialmente na rede regular de ensino, com intuito de proporcionar uma educação de qualidade e socialização dos mesmos. Este trabalho busca demonstrar que a educação inclusiva para ser bem-sucedida é necessária um conjunto de ações vindas tanto do poder público no geral, quanto da própria família e professores que lidam com esses alunos. Com base nos pressupostos teóricos de Carvalho (2013), Bueno (2011), Declaração Salamanca (2008), Constituição Federal (1988), Ferreira (2006), Mittler (2003), Aiello (2002), Silva (2010) buscou-se dialogar acerca da inclusão social na sala de aula. Como recurso metodológico, utilizamos a pesquisa bibliográfica qualitativa que nos possibilitou uma visão significativa de autores e seus trabalhos acerca da temática em estudo. A investigação buscou compreender a inclusão social na sala de aula.

Palavras-chave: Inclusão, necessidades especiais, ensino-aprendizagem, pedagogo.

ABSTRACT

The present work aims to analyze social inclusion in the classroom, taking into account educational inclusion in Brazil, it gained great prominence from the Federal Constitution of 1988, verifying in this perspective that students with special educational needs should be inserted preferentially in the regular education network, in order to provide quality education and socialization. This article seeks to demonstrate that inclusive education in order to be successful requires a set of actions from both the government in general, as well as from the family and teachers who deal with these students.

Based on the theoretical assumptions Carvalho (2013), Bueno (2011), Salamanca Declaration (2008), Federal Constitution (1988), Ferreira (2006), Mittler (2003), Aiello (2002), Silva (2010) sought to dialogue about social inclusion in the classroom. As a methodological resource, we used qualitative bibliographic research that allowed us a significant view of authors and their work on the subject under study. The investigation sought to understand social inclusion in the classroom.

Keywords: Inclusion, special needs teaching-learning, pedagogue.

LISTA DE SIGLAS

CNE – Conselho Nacional de Educação.

MEC – Ministério Educação e Cultura

UFES – Universidade Federal do Espírito Santo

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. REVISÃO LITERÁRIA.....	13
3. METODOLOGIA.....	16
3.1 O QUE É DEFICIÊNCIA.....	17
3.2 EDUCAÇÃO: INCLUSÃO OU EXCLUSÃO	17
3.3 EDUCAR PARA UMA SOCIEDADE	18
3.4 POLÍTICAS E PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA	19
3.5 EDUCAÇÃO SEGREGADA À EDUCAÇÃO INCLUSIVA	21
3.6 O AMBIENTE	25
4. MATRICULAS DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA	27
4.1 QUANDO FALAMOS DE INCLUSÃO?	27
4.2 ESCOLA DO MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS - ES NA ZONA RURAL DE ITAUNINHAS.....	28
4.3 ACEITAÇÃO DIRETA.....	29
5. PRINCIPAIS NORMAS LEGAIS SOBRE EDUCAÇÃO INCLUSIVA	30
5.1 FORMAÇÃO DO PEDAGOGO	31
5.2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA: NECESSIDADE DA PARCERIA COM A FAMÍLIA	32
5.3 INCLUSÃO EDUCACIONAL NA ESCOLA.....	33
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
7. REFERÊNCIAS.....	37

1. INTRODUÇÃO

Nota-se nos dias atuais que muito se fala em educação inclusiva, mas pouco se faz a respeito. As crianças com deficiências precisam de uma formação adequada e a preparação dos professores impacta diretamente no processo ensino-aprendizagem. Tem como objetivos demonstrar que as faltas de qualificação dos professores excluem as crianças com deficiências do processo de ensino-aprendizagem, analisar as normas legais, compreender a formação do pedagogo e compreender como se dá o processo de ensino - aprendizagem.

Existem leis que asseguram os direitos de cada indivíduo com necessidade educacional especial e com deficiências, e como qualquer outro, precisa ser recebido, orientado e respeitado na comunidade escolar, Carvalho (2013, p. 114) explica que a proposta de inclusão precisa assegurar e garantir a participação do aluno em todas as atividades do processo de ensino-aprendizagem, e deve preocupar-se também com a remoção de barreiras para a aprendizagem, enfatizando que “uma escola inclusiva é uma escola de boa qualidade, para todos, com todos e sem discriminação”.

A pesquisa desse trabalho foi bibliográfica com a utilização de livros, revistas e artigos que contém textos direcionados ao tema e exploratória utilizando o método qualitativo. Para obter informações mais precisas e importantes foi utilizado o questionário.

A inclusão escolar no campo é uma realidade em nosso cotidiano, com alunos que possuem deficiência de aprendizagem auditiva e visual e outras deficiências.

É preciso assegurar o respeito e direitos no âmbito da sociedade, pelo estado e pelo o poder público. Faz-se necessário perceber que essa inclusão de deficiência depende exclusivamente do seu reconhecimento como pessoas, que dependem do cumprimento dos direitos humanos. Este projeto traz em questão a inclusão dessas pessoas principalmente do âmbito escolar, que é a superação diante de várias situações de exclusão, reconhecendo os seus direitos e estimulando a interação social plena na sociedade, formando um cidadão capacitado. Durante a minha pesquisa observei uma escola no município de São Mateus (ES) localizada na zona rural, onde havia crianças com deficiências matriculadas.

Ao escolher este tema, voltado para inclusão me fez refletir a minha infância durante o ensino escolar. Ainda quando criança sentia muita dificuldade de aprendizado, os professores por sua vez naquela época eram bem rígidos, as vezes colocavam as crianças de castigo como ficar horas em pé na frente do quadro ou de joelho com braços abertos ou sem recreio e entre outros castigos, quando não faziam o que eles queriam, sentia que isso desestimulava o interesse das crianças ao aprendizado e de alguma forma a criança não sentia prazer em ir à escola todos os dias. De acordo com o tempo, depois de adulta só pude concluir o ensino médio e não investi nos meus estudos, mas com o tempo a vida me possibilitou a oportunidade de retomar os estudos e está sendo muito prazeroso. Hoje posso perceber que foram feitas várias mudanças no campo educacional, o aluno tem voz ativa e os professores se aproximaram, mas ainda vejo essa dificuldade em inserir o aluno com deficiência na sala de aula, o número de alunos vem crescendo e percebe pouco desenvolvimento em seu papel nessa inserção.

2. REVISÃO LITERÁRIA

Quando se fala em inclusão, o termo já vem associado de práticas de exclusão no decorrer da história da humanidade. Segundo o Ministério da Educação (BRASIL, 2005), essas práticas foram se modificando ao decorrer dos tempos, observa-se desde a Antiguidade que a organização sociopolítica era caracterizada pela existência da nobreza e do populacho, onde o homem só era valorizado se atendesse aos desejos da nobreza e atendesse às suas necessidades. As pessoas com deficiência serviam apenas para divertir os senhores e seus hóspedes. Na maioria das vezes elas eram rejeitadas e abandonadas.

Na Idade Média o clero detinha maior poder social, político e econômico, dessa forma as pessoas “defeituosas”, como eram chamadas naquela época, não podiam ser exterminadas, pois também eram criaturas de Deus, assim sendo, essas pessoas dependiam da caridade e boa vontade para sobreviverem, pois ainda nessa época elas eram ignoradas pela comunidade (BRASIL, 2005).

A partir do século XII, para se proteger das insatisfações e das manifestações contra as ações do clero, a Igreja Católica começou uma perseguição e extermínio aos discordantes, as pessoas com deficiência sofreram tal perseguição, pois eram suspeitos de heresia. Mais tarde, após o processo de separação dentro da própria Igreja que ficou conhecido como Reforma Protestante, as pessoas com deficiência passaram a ser vistas como demoníacas e/ou pessoas que foram castigadas por Deus (BRASIL, 2005).

Em 1906, os alunos com deficiência mental começaram a ser atendidos nas escolas públicas do Rio de Janeiro, e nos anos seguintes foram inúmeros acontecimentos dando continuidade a esses atendimentos juntamente com a área da saúde pública, sendo importante destacar que esses alunos só podiam ser inseridos no âmbito escolar se as escolas assegurassem que eles não atrapalhariam no bom andamento da classe, isso já nas décadas de 50/60. (BRASIL, 2005).

A partir da década de 50, “o sistema público começou a oferecer Serviços de Educação Especial nas Secretarias Estaduais de Educação Especial e realizar

Campanhas Nacionais de Educação de Deficientes, ligadas ao Ministério da Educação e Cultura” (BRASIL, 2005, p. 30).

Na década de 60, com o aumento das escolas públicas surgiu a Lei nº 4.024/61, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que explicitava em seu texto o compromisso do poder público com a educação especial.

De acordo com Bueno (2011, p. 97) o “Plano Setorial de Educação e Cultura 1972/1974 incluiu o Projeto Prioritário nº 35 que incorporou a educação especial no rol das prioridades educacionais do país”.

Com a elaboração da Constituição Federal de 1988, destacada no artigo 3º que prevê o bem de todos sem discriminação e/ ou preconceitos de qualquer espécie, e no artigo 206, que prevê a garantia de igualdade de todos quanto ao acesso e permanência na escola (BRASIL, 1988).

Ressalta-se que em 1994 foi criada a Lei nº 9.394 que revogou vários artigos da Lei nº. 4.024/61, se adequando a uma nova realidade e reafirmando a importância de priorizar a educação especial, dispondo que:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil (BRASIL, 1994).

A Declaração de Salamanca, documento criado em 1994, é considerado um dos principais documentos que visam a inclusão social, e ele influenciou na criação das políticas públicas do Brasil na perspectiva inclusiva. Esse documento será discutido mais adiante.

Verifica-se diante desse contexto histórico que a educação inclusiva no Brasil está sendo aprimorada com o passar dos anos. Nota-se que o legislador brasileiro busca por meio das leis estabelecer o direito dessas pessoas, contudo, o que se constata na prática é que muitos direitos ainda são desrespeitados, fazendo com que a educação especial e inclusiva esteja longe de ser concretizada de forma satisfatória.

Partindo da compreensão desse cenário, torna-se necessário estabelecer relação entre as políticas de formação inicial docente para o atendimento dos alunos com algum tipo de deficiência nos sistemas regulares de ensino e de como essas políticas estão sendo executadas pelas universidades. a inclusão escolar é hoje um dos temas centrais das políticas educacionais tanto em nosso país quanto em vários outros lugares do mundo.

Essa tônica dada à inclusão ganhou destaque a partir de documentos internacionais como a declaração de Jomtien em 1990, seguida da declaração de Salamanca de 1994, só para citar alguns dos documentos. Bueno (2008) chama a atenção para o fato de que a declaração de Salamanca veio corroborar as preocupações ditas pela declaração de Jomitem, na medida em que esta proclama a “educação para todos”, porém, diz o autor, o texto evidencia a perspectiva de seletividade escolar e salienta que esta reconheceu o fracasso em relação ao atendimento a uma parcela significativa da população.

Segundo Bueno (1999), a Declaração aponta o fato da necessidade da qualificação do ensino para que possa ocorrer a inclusão e neste sentido estamos diante de uma situação paradoxal: estabelece-se um discurso hegemônico de inclusão de alunos com deficiência no ensino regular, mas a realidade nos mostra uma situação completamente antagônica, a da exclusão escolar, na medida em que a educação brasileira é marcada por esta dinâmica contribuindo com o aumento ou manutenção da grande massa de analfabetos existentes.

Nesse contexto há que se mudar a concepção de formação de professor tanto do especialista quanto do generalista com vistas a uma “formação teórica sólida (...)” envolvendo múltiplos saberes “(...) que possibilite dar conta das mais diversas diferenças, entre elas, as crianças deficientes que foram incorporadas no processo educativo regular.” (Bueno, 1999)

Como alcançar os objetivos em manter o seu conhecimento como ser humano e social diante de tantas pessoas sem um mínimo de solenidade humana.

As relações pessoais e sociais de solidariedade, refletindo uma das maiores conquistas humanas: a valorização da diversidade humana. Esse processo, que envolve mudanças e empenho de todos, traz consigo uma inquietação aos educadores, que ele repense se vivam diante de tal desafio, muitas sem preparação para essa nova realidade, e tem diante de si muitos alunos que querem se mostrar tão capazes quanto os demais, com suas diferenças.

Desta forma, importa-se para que a inclusão possa acontecer e oferecer aos demais. É importante que a sociedade se importe com esses seres tão especiais. E assim podemos crescer na vida afetiva e social na vida e sociedade.

Cada criança possui os seus limites algumas podem até alcançar com mais facilidade e outras não, cada criança tem suas particularidades e seu tempo para desenvolver suas habilidades. Os alunos com deficiência, possui mais dificuldade no aprendizado, pois ela pode precisar de mais recursos como uma cadeira adaptada ou avaliação em braile, e um professor capacitado que desenvolva essa tarefa de aprendizado eficiente.

3. METODOLOGIA

A metodologia da pesquisa consistiu na discussão teórica entretida às análises do material pesquisado coletado durante o acompanhamento de uma turma do quinto ano de uma escola da comunidade Itauninhas da rede municipal de São Mateus - ES. Durante o acompanhamento na sala de aula foram realizados registros escritos, para

análise do material de pesquisa que autorizaram novas condições de distanciamento e análise do material registrado, incluindo relatos e discussões.

3.1 O QUE É DEFICIÊNCIA

A deficiência é complexa, multidimensional e questionada. Após segunda guerra mundial, o movimento das pessoas com deficiência, juntamente com inúmeros pesquisadores das ciências e da saúde tem identificado o papel das barreiras físicas e sociais para a deficiência.

A transição de uma perspectiva estrutural e social foi descrita como mudança de um “modelo médico” para um “modelo social” no qual as pessoas são vistas como deficientes pela sociedade e não devido a seus corpos.

Compreende funcionalidade e deficiência como uma interação dinâmica entre problemas de saúde e fatores contextuais, tanto pessoais quanto ambientais. Promovido como um “modelo biológico-psíquico-social”.

A capacidade é um termo abrangente para deficiência, limitações para realizar, e restrições para participar de certas atividades, que engloba os aspectos negativos da interação entre um indivíduo (com problemas de saúde) os fatores contextuais daquele indivíduo (fatores ambientais e pessoais).

Reconhece que a deficiência é um conceito, mas realça entre pessoas com deficiências resulta interação entre pessoas com deficiência e barreiras comportamentais e ambientais que impedem sua participação plena e eficaz na sociedade de forma igualitária. Definir a deficiência como uma interação significa que a deficiência sim a uma interação que significa que a deficiência não é atributo da pessoa.

3.2 EDUCAÇÃO: INCLUSÃO OU EXCLUSÃO

A questão da inclusão de pessoas com deficiências em todos os recursos da sociedade ainda é muito incipiente no Brasil. Na perspectiva da inclusão, devemos

pensar a educação com um processo de formação humanística e profissionalizante destes, criando possibilidade para uma vida digna e sustentável.

Para tanto faz uma discussão da realidade em questão. E por último avalia a importância do sistema educacional brasileiro em todos os âmbitos para que este projeto se conclua de fato.

Muito se tem ouvido nos últimos tempos acerca da palavra inclusão, seja na mídia, nos espaços educacionais, ou mesmo instituições especializadas para pessoas com deficiência.

Sabemos que um dos maiores problemas enfrentados no Brasil é a falta de conhecimento que faz com que a deficiência seja considerada uma doença crônica, um peso ou problema. Essa situação se intensifica junto aos mais carentes, pois a falta de recursos econômicos diminui as chances de um atendimento de qualidade.

No plano de governo, o que se vê são programas, propostas, projetos, as leis e decretos, só no papel. Programas similares e simultâneos são lançados em duas ou três pastas, sem que haja integração de objetivos e metas entre eles.

A realidade inclusiva na educação brasileira tem mostrado que ciclo do ensino fundamental, com sua passagem automática de ano, e a falta de formação de professores, dos recursos técnicos - pedagógicos, de estímulo suplementares, de acompanhamento de equipe multidisciplinar de salas e de professores de apoio deixam a questão da inclusão escolar sem estrutura eficiente, bonita na teoria.

3.3 EDUCAR PARA UMA SOCIEDADE

Considerando os paradigmas conceituais e princípios que vem sendo progressivamente defendidos em documentos nacionais e internacionais. A inclusão é um movimento mundial de Luta das pessoas com deficiência e seus familiares na busca de seus direitos.

A inclusão vem buscando a não inclusão propõe compreender toda uma complexa realidade presente na sala de aula. Realidade na qual os educadores se encontram

e, despreparados quando a questão é trabalhar com alunos que tem algum tipo de deficiência.

Dentro dessa perspectiva, é necessário um estudo que buscar avaliar as possibilidades que vivem a inclusão desejada com possível levantamento de alternativas, que apontem os recursos pedagógicos de acessibilidade que eliminem as barreiras de continuidade de estudos, considerando suas necessidades específicas.

Deve lembrar, sempre, que o princípio fundamental da sociedade inclusiva é o de que todas as pessoas com deficiência devem ter suas necessidades especificidade atendidas. É no atendimento das diversidades que se encontra a democracia.

Agora ainda afirma que após a realização de uma reforma nos métodos educacionais começa a ser pouco valorizado no ensino.

3.4 POLÍTICAS E PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

De acordo com o art. 4 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o dever do Estado com educação escolar pública deverá ser efetivado mediante e garantia de:

- I. Ensino Fundamental obrigatório e gratuito.
- II. Progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio;
- III. Atendimento educacional especializado e gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino.

Ocorre em tempo e espaço marcado pela exclusão social ampliada e, dessa forma, aumentando os desafios dos que estão lutando pelos os direitos de pessoas com necessidades especiais. Aliás, quem são elas? Onde estão? O que fazem? Que necessidades têm?

Alerta para que não sejam dadas desculpas que exercitem seu direito de aprender tudo, o segundo estabelece, em forma de lei, garantia de acesso sistema educacional brasileiro, público e gratuito.

A política inclusiva, o dever neste plano Nacional de Educação, não consiste apenas na permanência física juntos aos demais alunos. Representa sim a ousadia de rever concepções e paradigmas, nos quais o importante é desenvolver o potencial dessas pessoas, respeitando suas diferenças e atendendo suas necessidades.

Portanto, conceitos como os de inclusão e exclusão não podem ser banalizados, simplificados, porque se corre o risco de banalizar e sim necessidades fundamentais, em cada época e em determinados espaços por determinadas condições.

De qualquer forma, dito desta ou daquela maneira, neste ou naquele tempo, uma das questões fundamentais parece-me ser a seguinte: o direito de todos saberem tudo e obter de a escola ensinar tudo o que deve, a todos, significa encontrar formas, maneiras, estratégias para que esse direito seja exercido de fato. Estas formas não estão prescritas e nem poderiam estar, por que não são únicas, não unilaterais, não são iguais para todos, em todos os lugares.

Colocar todas as crianças, em um mesmo lugar, em mesmo tempo para aprender, juntar crianças em uma sala de aula não lhes garante aprendizagem e, portanto, não lhes garantem desenvolvimento.

Deixar crianças e jovens ou pobres sem escolas, sem ensino, sem aprendizagem e abandonados à própria sorte, os exercícios de direito que todos têm de participar dos bens culturais produzidos pela humanidade.

Uma coisa é o direito de aprender, adquirir conhecimentos científicos, apropriar-se da cultura, ter acesso aos bens materiais e simbólicos por ela produzidas, significar o mundo, alfabetizar-se, ser leitor, conhecer seus deveres e direitos e lutar por eles, participar da vida política, ter voz e voto, poder votar e ser votado. Outra coisa é, de maneira irresponsável, colocar nossos alunos-crianças e jovens que tanto necessitam de uma boa escola diante de uma expectativa enganosa do que tem sido denominado de “inclusão social”.

A sociedade exclui para incluir e está transmutação e condição da ordem social desigual, o que implica o caráter ilusório de inclusão. Todos estamos inseridos de algum modo, nem sempre decente e digno, no circuito reprodutivo das atividades

econômicas sendo a grande maioria da humanidade inserida através da insuficiência e das privações, que se desdobram para fora do econômico.

Quando era criança tinha uma dificuldade grande de aprender, isso me tornava uma criança sem estímulo de esparsa vapor muitos castigos físicos e psicológicos, isso fazia com que repetisse o ano e cada vez isso me tornava uma criança sem estímulo de ir à escola.

Teve um momento que tive que parar de estudar. Ao retornar aos estudos depois de ter me tornado uma pessoa adulta passei a estudar por necessidade de concluir os estudos e oportunidade de um bom trabalho.

Mas ao retornar passei a gostar de estudar e passei a ser uma estudante participativa em sala de aula. Isso fez com que aprendesse a entender o que realmente é um ensino.

Hoje vejo que os professores se aprimoram mais em ter conhecimento na área da educação.

3.5 EDUCAÇÃO SEGREGADA À EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Sob este enfoque, a Educação Especial que por muito tempo configurou-se como um sistema paralelo de ensino, vem redimensionando o seu papel, antes restrito ao atendimento direto dos educandos com necessidades especiais, para atuar, prioritariamente como suporte à escola regular no recebimento deste alunado. De forma sucinta, esse artigo pretende acompanhar a trajetória da área no Brasil, considerando os paradigmas teóricos vigentes, bem como a política educacional da época. Ressaltando, porém, que um paradigma não se esgota com a introdução de uma nova proposta, e que, na prática, todos esses modelos coexistem, em diferentes configurações, nas redes educacionais de nosso país

A Educação Especial se constituiu originalmente como campo de saber e área de atuação a partir de um modelo médico ou clínico. Embora hoje bastante criticado, é preciso resgatar que, como lembra Fernandes (1999), os médicos foram os primeiros

que despertaram para a necessidade de escolarização dessa clientela que se encontrava “misturada” nos hospitais psiquiátricos, sem distinção de idade, principalmente no caso da deficiência mental. Sob esse enfoque, a deficiência era entendida como uma doença crônica, e todo o atendimento prestado a essa clientela, mesmo quando envolvia a área educacional era considerado pelo viés terapêutico. A avaliação e identificação eram pautadas em exames médicos e psicológicos com ênfase nos testes projetivos e de inteligência, e rígida classificação etiológica.

Nas instituições especializadas o trabalho era organizado com base em um conjunto de terapias individuais (fisioterapia, fonoaudiologia, psicologia, psicopedagogia, etc) e pouca ênfase era dada à atividade acadêmica, que não ocupava mais do que uma pequena fração do horário dos alunos (GLAT, 1989). A educação escolar não era considerada como necessária, ou mesmo possível, principalmente para aqueles com deficiências cognitivas e / ou sensoriais severas. O trabalho educacional era relegado a um interminável processo de “prontidão para a alfabetização”, sem maiores perspectivas já que não havia expectativas quanto à capacidade desses indivíduos desenvolverem-se academicamente e ingressarem na cultura formal.

Os anos 70 representaram a institucionalização da Educação Especial em nosso país, com a preocupação do sistema educacional público em garantir o acesso à escola aos portadores de deficiências em sua progressiva afirmação prático-teórica, a Educação Especial absorveu os avanços da Pedagogia e da Psicologia da Aprendizagem, sobretudo de enfoque comportamental. O desenvolvimento de novos métodos e técnicas de ensino baseados nos princípios de modificação de comportamento e controle de estímulos permitiu a aprendizagem e o desenvolvimento acadêmico desses sujeitos, até então alijados do processo educacional. “O deficiente pode aprender”, tornou-se a palavra de ordem, resultando numa mudança de paradigma do “modelo médico”, predominante até então, para o “modelo educacional”. A ênfase não era mais a deficiência intrínseca do indivíduo, mas sim a falha do meio em proporcionar condições adequadas que promovessem a aprendizagem e o desenvolvimento (GLAT, 1985; 1995; KADLEC & GLAT, 1984).

Apesar dos avanços, este modelo não representou a garantia de ingresso de alunos com deficiências no sistema de ensino. A Educação Especial funcionava como um

serviço paralelo, com métodos ainda de forte ênfase clínica e currículos próprios. As classes especiais implantadas nas décadas de 70 e 80 serviram mais como espaços de segregação para aqueles que não se enquadravam no sistema regular de ensino, do que uma possibilidade para ingresso na rede pública de alunos com deficiências, cuja maioria ainda continuava em instituições privadas (BUENO, 1993)

Recursos e métodos de ensino mais eficazes proporcionaram às pessoas com deficiências maiores condições de adaptação social, superando, pelo menos em parte, suas dificuldades e possibilitando sua integração e participação mais ativa na vida social. Acompanhando a tendência mundial da luta contra a marginalização das minorias, começou a se consolidar em nosso país, no início da década de 80, a filosofia da Integração e Normalização. A premissa básica desse conceito é que pessoas com deficiências têm o direito de usufruir as condições de vida as mais comuns ou normais possíveis na comunidade onde vivem, participando das mesmas atividades sociais, educacionais e de lazer que os demais (GLAT, 1989; 1995; PEREIRA, 1990) FERNANDES, 1999).

O modelo segregado de Educação Especial passou a ser severamente questionado, desencadeando a busca por alternativas pedagógicas para a inserção de todos os alunos, mesmo os portadores de deficiências severas, preferencialmente no sistema rede regular de ensino (como recomendado no artigo 208 da Constituição Federal de 1988). Foi assim instituída, no âmbito das políticas educacionais, a Integração.

Este modelo, que até hoje ainda é o mais prevalente em nossos sistemas escolares, visa preparar alunos oriundos das classes e escolas especiais para serem integrados em classes regulares recebendo, na medida de suas necessidades, atendimento paralelo em salas de recursos ou outras modalidades especializadas. O “deficiente pode se integrar na sociedade” tornou-se, assim, a matriz política, filosófica e científica da Educação Especial. Este novo pensar sobre o espaço social das pessoas com deficiências, que tomou força em nosso país com o processo de redemocratização, resultou em uma transformação radical nas políticas públicas, nos objetivos e na qualidade dos serviços de atendimento a esta clientela.

A educação de alunos com deficiência que, tradicionalmente se pautava, tem se voltado nas últimas duas décadas para Educação Inclusiva.

Esta proposta ganhou força, sobretudo a partir da segunda metade da década de 90 com a difusão da conhecida Declaração de Salamanca. (UNESCO, 1994), que entre outros pontos, propõe que “as crianças e jovens com necessidades educativas especiais devem se adequar pois tais escolas” constituem os meios mais capazes para combater as atitudes discriminatórias, construindo uma sociedade inclusiva e atingindo a educação para todos.

Processo de prontidão para a alfabetização, sem maiores perspectivas já que não havia expectativas quanto à capacidade desses indivíduos desenvolverem-se academicamente e ingressarem na cultura formal.

A institucionalização da Educação Especial em nosso país, com a preocupação do sistema educacional público em garantir o acesso à escola com alunos com deficiências.

Apesar dos avanços, esse modelo não representa a garantia de egresso de alunos com deficiências no sistema de ensino. A educação Especial funcionava com um serviço paralelo, com métodos ainda fortes ênfase clínica e currículos próprios.

Acompanhado a tendência mundial da luta contra a marginalização das minorias, começou a se consolidar em nosso país.

A premissa básica desse conceito é que as pessoas com deficiências têm o direito de usufruir as condições de vida a mais comum ou normais possíveis na comunidade onde vivem as demais.

Até hoje ainda é mais prevalente em nossos sistemas escolares, visa preparar alunos oriundos das classes e escolas especiais para serem integrados em classes regulares recebendo, na medida de suas necessidades, atendimento paralelo em solos de recursos ou outras modalidades especializadas.

Porém, para oferecer uma educação de qualidade para todos os educandos, inclusive, a escola precisa capacitar seus professores, preparar-se, organizar-se, enfim,

adaptar-se. Inclusão não significa, simplesmente, matricular os educados com deficiência na classe comum, ignorando suas necessidades específicas, mas significa dar ao professor e à escola o suporte necessário à sua ação pedagógica.

3.6 O AMBIENTE

O ambiente de uma tem um enorme impacto sobre experiência. Ambientes inacessíveis criam deficiência ao criarem barreira a participação e inclusão. Os exemplos de possíveis impacto negativo do ambiente incluem:

- Um indivíduo surdo sem interprete de língua de sinais;
- Um usuário de cadeira de rodas num prédio sem banheiro ou elevador acessíveis;
- Uma pessoa cega que usa um computador sem software de leitura de texto.

Uma análise dos estigmas associados à saúde revelou que o impacto foi notavelmente similar nos diferentes problemas de saúde. Um estudo realizado em país revelou que o público em geral não possui uma compreensão das habilidades das pessoas com deficiência intelectual.

As deficiências mentais são particularmente estigmatizadas, com problemas comuns em diferentes cenários. Pois pessoas com deficiências mentais enfrentam discriminação mesmo nos ambientes de atendimento de saúde.

As atividades negativas para com a deficiência podem pessoas com deficiência, por exemplo:

- Crianças maltratando outras crianças com deficiência nas escolas;

As atitudes e comportamentos negativos tem um efeito adverso sobre crianças e adultos com deficiência, gerando consequências negativas tais como baixa autoestima e menor participação. As pessoas que se sentem molestadas por causa da sua deficiência às vezes evitam rotinas, ou até mudam de casa. As crianças com deficiência têm menor probabilidade de frequentar escolas, enfrentando assim oportunidades limitadas de formação e obtendo menos oportunidade durante a vida adulta.

A institucionalização da Educação Especial em nosso país, com a preocupação do sistema educacional público em garantir o acesso à escola aos portadores de deficiências.

Apesar dos avanços, este modelo não representa a garantia de egresso de alunos com deficiências no sistema de ensino. A educação Especial funcionava com um serviço paralelo, com métodos ainda fortes ênfase clínica e currículos próprios.

Acompanhado a tendência mundial da luta contra a marginalização das minorias, começou a se consolidar em nosso país.

A premissa básica desse conceito é que a pessoa com deficiências tem o direito de usufruir as condições de vida a mais comum ou normais possíveis na comunidade onde vivem, participando das mesmas atividades sociais, educacionais e de lazer que as demais.

Até hoje ainda é mais prevalente em nossos sistemas escolares, visa preparar alunos oriundos das classes e escolas especiais para serem integrados em classes regulares recebendo, na medida de suas necessidades, atendimento paralelo em solos de recursos ou outras modalidades especializadas.

Porém, para oferecer uma educação de qualidade para todos os educandos, inclusive portadores de necessidades especiais, a escola precisa capacitar seus professores, preparar-se, organizar-se, enfim, adaptar-se. Inclusão não significa, simplesmente, matricular os educandos com necessidades especiais na classe comum, ignorando suas necessidades específicas, mas significa dar ao professor e à escola o suporte necessário à sua ação pedagógica.

4. MATRICULAS DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA

- A satisfação das necessidades básicas de aprendizagem.
- Expansão do enfoque da educação para todos.
- Universalização do acesso à educação nesse momento o documento ressalta o caso das pessoas com deficiências, esclarecendo que devem ser adotadas “medidas que garantam a igualdade de acesso à educação aos portadores de toda e qualquer tipo de deficiência, como parte integrante do sistema educativo”. (Brasil, 1993, p.5)
- Oferecimento de um ambiente adequado para aprendizagem.

4.1 QUANDO FALAMOS DE INCLUSÃO?

O primeiro dele é a Declaração Universal dos direitos humanos, acordada em 1948. No seguimento, encontramos a Declaração dos direitos das crianças (1959), a Declaração dos direitos do Deficiente Mental (1971), a Declaração dos Direitos dos Deficientes Físicos (1975), entre outros.

Todos esses acordos decorrem de um movimento mundial, que surge após o período de depressão econômica (década de 1930), quando foi necessário associar os conceitos de desenvolvimento e direitos humano. Nos anos de 1980, encontramos inúmeros acordos e de declarações internacionais aprimoradas os princípios da Declaração Universal dos direitos humanos e buscando formas de implantá-la.

A Declaração Universal dos direitos humanos e buscando formas de implanta-la.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos apregoa que “toda pessoa tem direito à educação. A educação deve ser gratuita, pelo menos no que se refere à instrução elementar fundamental. ”.

A partir desses princípios, a Declaração de Cuenca, que resultou de um seminário sobre educação especial, promovido pela organização das Nações Unidas para a

Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em 1981, Equador, estabeleceram as seguintes recomendações para América Latina e Caribe:

- As incapacidades não devem ser transformadas em impedimentos socialmente impostos por inadequada atenção ou negligência;
- Deve ocorrer a eliminação de barreiras e físicas e atitudinais em relação às pessoas com deficiência;
- É necessária maior participação das pessoas com deficiências nos processos de tomadas de decisões a seu respeito.

4.2 ESCOLA DO MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS - ES NA ZONA RURAL DE ITAUNINHAS.

Todos os alunos com deficiência estudam na mesma sala com uma única professora que trabalha com duas turmas na mesma sala, nas séries 4º e 5º ano.

Através das minhas experiências adquiridas durante este projeto, pude avaliar várias questões sociais dentro e fora da escola, a escola é um lugar que deve estar bem preparado para acolher e ensinar, de forma que ela garanta a autonomia de cada e garanta também um aprendizado eficaz.

Para favorecer a inclusão como um todo é necessário um trabalho colaborativo, ou seja, uma atuação compartilhada entre professores, diretor, coordenador e todo sistema escolar e comunidade para que planejem juntos todas as atividades e vejam o melhor a ser feito com cada pessoa que precise de uma atenção especial, quer seja cadeirante, deficiente auditivo, deficiente visual, ou deficiência intelectual.

É interessante que se utilize recursos inclusivos como imagens, símbolos, livros coloridos, caixas táteis, jogo que envolvam as sensações, dentre outros, para servir de apoio a aprendizagem a pessoas deficientes.

“A transformação não é, portanto, uma exigência de inclusão escolar de pessoas com deficiência e/ou dificuldade de aprendizado. Assim sendo ela deve ser encarada como compromisso inadiável das escolas, que terá inclusão como consequência” (BRASIL 2004, p 30).

Além disso, é necessário que haja formação continuada dos professores para que busquem sempre novos caminhos que desenvolva as atividades motoras e cognitivas dos alunos.

4.3 ACEITAÇÃO DIRETA

A pesquisa foi realizada na EMEF Mercedes de Aguiar na rua Principal S/N, Itaúninhas Distrito de São Mateus.

Ao pesquisar que as crianças estavam matriculadas todas na mesma sala a criança com deficiência auditiva estava com o intérprete de libras já os outros não tinham profissionais, a professora fazia atividades diferentes para cada deficiência.

A professora conversava de frente para o aluno com deficiência auditiva. Essa aluna estava sempre sentada do lado de outra aluna que era sua prima, e sempre ajudava em sua comunicação.

Eu vi o quanto é difícil para o professor lidar em sala de aula com várias crianças Cada uma com uma deficiência e ter que lidar com cada uma ao mesmo tempo.

Como estamos passando o ano de 2020 com uma pandemia e as escolas estão fechadas os alunos estão fora da sala de aula. Isso dificultou muito para os alunos que não estão tendo aulas adequadas conforme a sua necessidade, e a pesquisar percebi que as crianças com deficiência auditiva não estão conseguindo ir adiante com suas atividades enviadas pela escola pois a sua prima que estava sentada sempre ao seu lado na escola mora longe, em outra fazenda. No campo algumas das crianças possuem acesso à internet, provocando assim uma certa dificuldade nos estudos à distância e devido aos pais ficam impossibilitados de ajudar em seus filhos.

5. PRINCIPAIS NORMAS LEGAIS SOBRE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A Constituição Federal de 1988 descreve no artigo 208, inciso III, o dever do Estado em garantir o atendimento especializado às pessoas portadoras de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino, sendo nos dias atuais, chamadas de pessoas com deficiência. A Constituição Federal dispõe que o Estado promoverá programas de auxílio e assistência a população em geral, devendo proceder com a:

Art. 227, §1º, II: (...) criação de programas de prevenção e atendimento especializado para as pessoas portadoras de deficiência física, sensorial, ou mental, bem como de integração social do adolescente e do jovem portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de obstáculos arquitetônicos e de todas as formas de discriminação. (BRASIL, 1988).

Segundo Carvalho (2013) a proposta de inclusão vai além de apenas fazer parte, precisa-se que esses alunos tenham participação ativa nas atividades propostas em todo o processo de ensino-aprendizagem.

No ano de 1994, houve a Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, e essa Conferência teve como resultado a Declaração de Salamanca (UNESCO & MEC-Espanha, 1994) que proclamou que as pessoas com necessidades educacionais especiais deveriam ser inseridas na escola regular assim como todos os demais, a menos que existissem fortes razões para agir de outra forma. Baseado nessa Declaração espera-se que tais escolas regulares sejam para esses alunos, um ambiente acolhedor, capaz de combater atitudes discriminatórias.

Como dito anteriormente, a Lei nº. 9.394 de 1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação, dispõe em seu texto um capítulo para regulamentar os artigos da Constituição Federal, apontando que a educação especial é entendida como uma modalidade da educação escolar ofertada preferencialmente na rede regular de ensino, havendo quando necessário, serviços de apoio especializado para atender as peculiaridades dos alunos, tendo início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil (BRASIL, 1994).

Em 2001, o Ministério da Educação editou a Resolução CNE/CEB nº 2/2001, que estabelece as diretrizes nacionais para a Educação Especial na Educação Básica e em seus artigos descreve a definição de educação especial como uma modalidade de educação escolar, como já foi citado anteriormente por outras normas, contendo propostas pedagógicas organizadas para apoiar, complementar, suplementar e/ou substituir os serviços educacionais comuns a fim de garantir a educação escolar e favorecer o desenvolvimento das potencialidades dos alunos com necessidades educacionais especiais (BRASIL, 2001).

5.1 FORMAÇÃO DO PEDAGOGO

Os profissionais da educação têm uma história de luta para conseguir a valorização adequada e “(...) condições devidas e necessárias à qualidade de sua formação e do seu trabalho profissional, por parte do Poder Público” (FERREIRA, 2006, p. 1343).

Essa falta de valorização e de qualidade ocasiona a má formação dos alunos que estão envolvidos diretamente nesse processo ensino-aprendizagem. Estes profissionais tem uma parcela muito grande de responsabilidade no que diz respeito à formação de cidadãos, pois são eles que estão diariamente com os alunos propiciando e desenvolvendo valores éticos, socialização e construção de conhecimento, assim como prevê as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia (BRASIL, 2006).

A Resolução CNE/CP nº 01 de 15 de maio de 2006 institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Pedagogia, licenciatura, documento permite o esclarecimento sobre a formação do profissional em educação. O artigo 5º, inciso IX dessa resolução dispõe que o formando do curso de Pedagogia deverá estar apto a “(...) identificar problemas socioculturais e educacionais com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, com vistas a contribuir para superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas e outras”, devendo ainda “demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental- ecológica, étnico-racial, de gêneros,

faixas geracionais, classes sociais, religiões, necessidades especiais, escolhas sexuais, entre outras”, conforme aponta o inciso X da referida resolução.

De acordo com esses incisos, o profissional tem que estar atento a essas características individuais dos alunos para que não haja uma exclusão dentro do ambiente escolar, seja ela por qualquer “diferença”, pois quando o docente está atento a essas peculiaridades, os alunos se sentem seguros e a qualidade do ensino dá um passo à frente.

O profissional da educação deve ter além de criatividade e vontade de ensinar, bom senso para reconhecer que uma simples graduação não é suficiente para atingir com sucesso todos os alunos, principalmente quando se diz respeito aos alunos com deficiências. Diante desse quadro, Mittler (2003, p. 189) aponta que “assegurar que os professores recentemente qualificados tenham uma compreensão básica do ensino inclusivo pode ser feito a longo prazo”.

Os professores precisam após o curso inicial, ampliar seu conhecimento, suas habilidades, ter uma formação continuada para que consiga alcançar todas as crianças, dessa forma, contribuindo de forma significativa para o desenvolvimento educacional de seus alunos.

5.2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA: NECESSIDADE DA PARCERIA COM A FAMÍLIA

A família é o primeiro contato que as crianças têm, a primeira formação que o aluno adquire é juntamente com os familiares. De acordo com a Declaração de Salamanca (UNESCO & MEC-Espanha, 1994), a parceria família/escola é importante para propiciar: maior apoio aos pais para que possam assumir seus papéis de pais de uma criança com deficiência; oportunidade de escolha do tipo de provisão educacional que os pais desejam para seus filhos; que os pais sejam parceiros ativos nos processos de tomada de decisão e planejamento educacional de seu filho.

No processo de inclusão a família tem suma importância, esse documento afirma que os responsáveis pelo aluno têm o direito de opinar quanto a forma de educação mais

apropriada às necessidades, além disso afirma que a escola inclusiva com educação bem-sucedida necessita da cooperação de toda a comunidade, família e poder público em geral, além da escola (UNESCO & MEC-Espanha, 1994).

Essa declaração aponta também que a parceria com os pais favorece a integração social e escolar da criança com necessidade educacional especial e com deficiência, segundo Carvalho (2013, p.116) é preciso “(...) criar vínculos mais estreitos com as famílias, levando-as a participarem dos processos decisórios em relação à instituição e a seus filhos e filhas”.

De acordo com Aiello (2002, p. 92)

“Sem o desenvolvimento da relação de parceria família-professores e profissionais da escola, não serão alcançados o nível e a qualidade de envolvimento necessários para assegurar ganhos educacionais possíveis para todas as crianças”.

Essa relação envolve os pais diretamente na escola e no processo ensino- aprendizagem, incorporando progressão das aprendizagens e resultados eficazes e significativos.

Contudo, é importante destacar que “o fato de a necessidade de parceria entre família e escola constar na Declaração de Salamanca não significa que isso ocorra na realidade” (AIELLO, 2002, p. 91), demonstrando que por mais que as pessoas reconheçam que essa parceria de pais-professores seja importante e benéfica ao processo de aprendizagem dos alunos, ainda é muito difícil e raro de encontrá-la no ambiente escolar.

5.3 INCLUSÃO EDUCACIONAL NA ESCOLA

O significado de inclusão no dicionário é: “1. Ato ou efeito de incluir. 2. Educ. Esp. O ato de incluir pessoas portadoras de necessidades especiais na plena participação de todo o processo educacional, laboral, de lazer, etc., bem como em atividades comunitárias e domésticas” (FERREIRA, 1999, p.739).

Na área da educação, esse termo foi denominado como inclusão escolar, e todas aquelas pessoas que se envolvem mesmo que indiretamente nas questões educacionais, começaram a se deparar com esse movimento que acarretou em melhorias no desenvolvimento dos alunos com deficiências (SILVA, 2010).

A Declaração de Salamanca (1994), já citada anteriormente, representa um marco na história da inclusão escolar no Brasil, esse documento descreve o seguinte princípio:

2. (...) Escolas regulares que possuem tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas provê em uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional. (UNESCO & MEC-Espanha, 1994).

As escolas inclusivas devem propiciar condições de inclusão para os alunos, tornando o processo de ensino e aprendizado adequado, observando suas necessidades específicas e evitando todas as formas possíveis de discriminação, Carvalho (2013, p. 115) expõem em sua obra algumas funções das escolas inclusivas, citando o seguinte:

Promover todas as condições que permitam responder às necessidades educacionais especiais para a aprendizagem de todos os alunos de sua comunidade; acolher todos os alunos, oferecendo-lhes as condições de aprender e participar; buscar todos os recursos humanos, materiais e financeiros para a melhoria da resposta educativa da escola.

As funções acima destacadas tratam-se apenas de algumas considerações que o autor aponta como sendo importante serem observadas pelos educadores, com o intuito de contribuir com o processo ensino-aprendizagem dos alunos, e com a satisfação de seus familiares.

Mesmo diante de leis que asseguram o acesso e a permanência dos alunos com necessidades especiais nas turmas de ensino regular, a inclusão ainda não acontece de fato, pois os alunos com dificuldades de aprendizagem, que não apresentam uma

deficiência “real”, continuam sendo sujeitos excluídos porque não tem as respostas educativas de que necessitam (CARVALHO, 2013).

A autora Aline Silva (2010) critica o sistema educacional, no que se refere à estrutura para atender as necessidades dos alunos e proporcionar meios para que esses alunos tenham progresso escolar e cheguem ao sucesso acadêmico. Diante disso, a sociedade se depara com vários problemas para que haja de fato a inclusão dos alunos, e esse em específico, se concentra no sistema educacional como um todo.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se com esse trabalho que as normas que regem a educação especial e inclusiva foram bem elaboradas, porém quem tem a obrigação de colocá-las em prática enfrenta grandes dificuldades.

No caso do professor, que lida diariamente com os alunos com necessidades educacionais especiais e deficiências, enfrenta salas com uma quantidade de alunos além do adequado, tornando desproporcional e inadequado para uma turma que possui alunos que precisam ser incluídos, afetando na qualidade do processo ensino-aprendizagem.

Verifica-se que os profissionais da área têm que lidar com a falta de materiais pedagógicos apropriados, afetando os alunos que precisam de atendimento nas salas de recurso, com profissionais especializados para potencializar as suas habilidades, contudo, não encontram, pois, o atendimento não acontece diariamente, conforme observado na análise de dados feito nessa pesquisa.

A educação inclusiva começará a funcionar com qualidade quando os profissionais envolvidos no processo se conscientizarem que a formação continuada é um caminho para a inclusão, pois as coisas mudam com o decorrer do tempo e os saberes precisam ser aperfeiçoados para acompanhar essa mudança. A adequação da vida escolar para os alunos com necessidades educacionais especiais e deficiências é apenas um começo para uma vida longa e digna para esses alunos, e é nesse momento que a participação da família entra em questão, pois se o educando tiver o apoio e incentivo da família, atendimento escolar de qualidade, de acordo com as suas necessidades, certamente conseguirá participar das atividades da sociedade com menores desvantagens, distinção ou discriminação dos que o cercam

7. REFERÊNCIAS

AIELLO, Ana Lúcia Rossito. Família inclusiva. In: PALHARES, Marina Silveira; MARINS, Simone Cristina Fanhani (Org). **Escola inclusiva**. São Carlos: Editora EdUFSCar. 2002.

BRASIL, Ministério da Educação. **Resolução CNE/CEB nº. 2º**. 2001. Institui diretrizes nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>>. Acesso em: 17 ago. 2020.

_____, Ministério da Educação. **Resolução CNE/CP nº 1**. 2006. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2020.

_____, Secretaria da Educação Especial. Projeto Escola Viva – garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola: necessidades educacionais especiais aos alunos. Brasília: MEC/SEE. 2005

_____, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 05 ago. 2020.

_____, **Lei nº 4.024**, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 20 de dezembro de 1961. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4024.htm>. Acesso em 15 ago. 2020.

_____, **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 17 ago. 2018.

BUENO, José Geraldo Silveira. **Educação Especial Brasileira: Questões**

BUENO, José Geraldo Silveira. **Crianças com necessidades educacionais especiais, política educacional e a formação de professores**: generalista ou especialista. Revista Brasileira de Educação Especial, Piracicaba: UNIMEP; n. 5,

1999.

BUENO, José Geraldo Silveira; MENDES, Geovane Mendonça Lunardi; SANTOS, Roseli Albino. **Deficiência e escolarização: Novas perspectivas de análise**. Araraquara: SP. Junqueira Marin; Brasília, DF: CAPES, 2008.

BUENO, José Geraldo Silveira & MARIN, Alda Junqueira. **Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e a formação de professores: 10 anos depois**. In: V Seminário Nacional de Pesquisa em Educação Especial; São Paulo. UFRGS/ UFES/ UFSCar, 2009.

BUENO, José Geraldo Silveira; MELETTI, Silvia Márcia Ferreira. **Os indicadores educacionais como meio de avaliação das políticas de educação especial no Brasil – 2000/2009**. In: BUENO, José Geraldo Silveira. Educação.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação Inclusiva: Com os Pingos nos “is”**. 9 ed. Porto Alegre: Editora Mediação, 2013.

FERREIRA, J. R. e GLAT, R. Reformas educacionais pós-LDB: **a inclusão do aluno com necessidades especiais no contexto da municipalização**. In: Souza, D. B. & Faria, L. C. M. (Orgs.) Descentralização, municipalização e financiamento da Educação no Brasil pós-LDB, pg. 372-390. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

FERREIRA, A. B. H. Aurélio Século XXI: O Dicionário da Língua Portuguesa. 3 ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1999.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto. **Diretrizes curriculares para o curso de pedagogia no Brasil: A gestão da Educação como Gérmen da Formação**. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v27n97/a13v2797.pdf>>. Acesso em: 17 ago. 2020.

GLAT, R. **Um enfoque educacional para a Educação Especial**. Fórum Educacional, 9 (1), pg. 88-100, 1985.

_____. **Somos iguais a vocês: depoimentos de mulheres com deficiência mental**. Rio de Janeiro: Agir Editora, 1989.

_____. **A integração social do portador de deficiência: uma reflexão.** Rio de Janeiro: Editora Sette Letras, 1995.

MITTLER, Peter. **Educação inclusiva – contextos sociais.** Editora Artmed. Porto Alegre. 2003.

SILVA, Aline Maira da. **Educação Especial e Inclusão Escolar: história e fundamentos.** 1 ed. Curitiba: Editora Ibpex. 2010.

UNESCO & MEC-Espanha. **Declaração de Salamanca.** 1994. disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em 02 ago. 2020.